

"O que é isso, companheiro?"

Gustavo H.B. Franco (Diretor de Assuntos Internacionais, Banco Central)

Dois eventos recentes convidam a uma reflexão sobre que ideias econômicas devem ser consideradas "de esquerda" nos dias de hoje: (i) O recém eleito governo trabalhista na Inglaterra, de quem se esperaria ao menos um reexame das políticas da Era Thatcher, toma como sua primeira medida de peso a adoção da independência do banco central. (ii) Numa reunião internacional em Marbella, no Chile, representantes das esquerdas latino-americanas parecem concordar com os elementos de um programa mínimo, definidos em um "paper" do professor Roberto Mangabeira Unger, de onde constam o equilíbrio orçamentário, a elevação da taxa de poupança e até mesmo o uso das receitas de privatização para se abater dívida interna (*ça va sans dire*, a privatização também faz parte do programa).

Que significa tudo isso? Que espécie de revisionismo estão propondo os companheiros Blair e Mangabeira? Será uma evolução ideológica ou uma manifestação de oportunismo de conteúdo puramente eleitoreiro?

Sem prejuízo da observação mais geral de que, no plano das políticas fiscais e monetárias já não há muito a ser reinventado, o que se tem aí é algo muito simples: no caso inglês, é perfeita a observação do jornalista Celso Pinto: "com a reputação histórica de irresponsáveis no combate à inflação, os trabalhistas preferiram contar com a reputação alheia". No nosso caso, parece haver um ensaio de repúdio ao populismo e ao inflacionismo, que caracterizou as esquerdas latino-americanas nas últimas décadas. Com efeito, estabeleceu-se no Brasil, e não apenas entre as esquerdas, o conceito de que austeridade fiscal e monetária são posturas reacionárias emanadas do imperialismo yanque, e que progressista mesmo é o "tudo pelo social", ou a ausência absoluta de limites ao déficit público e ao uso da inflação como instrumento gerador de receitas para o Estado, seja para promover o desenvolvimento, seja para fins de política social. É popular, portanto, a noção de que o inflacionismo é progressista, ou que a inflação é aceitável desde que por uma boa causa.

Depois de experimentar as dores de duas hiperinflações, todavia, o Brasil pareceu aprender que não é bem assim. Não há nada de progressista na irresponsabilidade fiscal e na inflação, assim como não há nada de reacionário ou "de direita" em políticas fiscais sadias e bancos centrais dedicados a proteger o valor da moeda que o cidadão carrega em seu bolso. Aprendemos, também, e a muito custo, que a inflação é um imposto sobre o pobre e que se estabelece sem legislação que o autorize, bastando que o Executivo e o Legislativo finjam que não estão vendo, ou que não estão se importando, com o déficit público. É difícil justificar a existência desse tipo de imposto, especialmente quando se trata de política social, posto que fazê-la com recursos oriundos do chamado imposto inflacionário significa essencialmente tirar de um pobre para dar a outro, tendo que se pagar, no meio, pela burocracia da distribuição do benefício e pelas relações de clientela política que se formam para tirar proveito do esquema. É fácil, portanto, tornar a política

social uma farsa, gastando-se um dinheiro que não existe aceitando-se de forma tácita e hipócrita a inflação como instrumento para se combater a pobreza que ela mesmo cria. É fácil perceber, portanto, por que são progressistas as propostas do trabalhismo inglês e do professor Mangabeira Unger. Assim como as do Governo FHC, que estão em absoluta sintonia com esses conceitos.

É bastante claro que, no domínio específico das questões monetária e fiscal, verifica-se uma importante convergência de ideias no tocante às políticas públicas que não representa necessariamente uma vitória ideológica de quem quer que seja. A noção de que é inflacionária, e portanto socialmente indesejável, a emissão desenfreada de moeda causada por governos indisciplinados, é tão velha quanto a própria moeda.

A aceitação dessa simples verdade parece bem mais palatável no Brasil de hoje que há 40 anos atrás, durante o apogeu do desenvolvimentismo e das ideias estruturalistas. Não éramos, naquela ocasião, o país industrial que somos hoje, e achávamos que valia à pena usar a inflação para atingir esta condição. Isto foi conseguido, mas ao custo de o Brasil ter-se tornado um país profundamente desigual. Na verdade, pode-se dizer que esta triste situação se deve, em grande medida, às políticas que se decidiu seguir para consumir a nossa industrialização, notadamente a "fechadura" econômica e o inflacionismo. Um país que durante várias décadas tributou impiedosamente o pobre e que ofereceu aos oligopólios o melhor de todos os alimentos - o protecionismo - tem bons motivos para exibir a pior distribuição de renda do mundo.

Por isso tudo, é bastante flagrante nos dias de hoje a rejeição da sociedade ao fenômeno da inflação. Por isso, é progressista manter políticas fiscais e monetárias sadias e abrir a economia. Por isso a esquerda está confusa.